

Cadastro em área restrita do site garante acesso a todas as informações

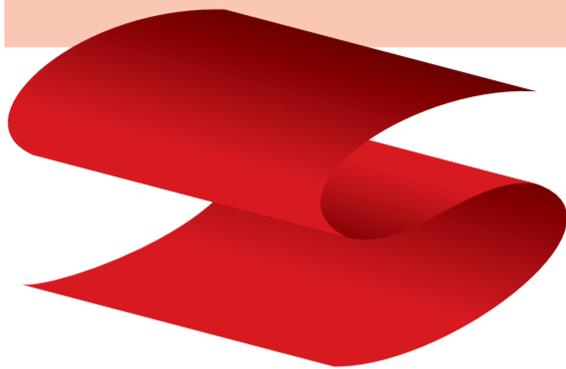
Página 8

SINPEEM é contra a criação do Regime de Previdência Complementar

Página 11

Associados elegem o Conselho Geral do sindicato *Página 8*

NOVEMBRO DE 2015 - ANO 19 - Nº 144 - FILIADO À CNTE, À CUT E AO DIEESE



JORNAL DO

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO
NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SINPEEM

Congresso e assembleia aprovam campanha por antecipação dos reajustes e demais reivindicações

Em assembleia geral ocorrida no dia 13 de novembro, a categoria ratificou o Plano de Lutas debatido e deliberado durante o 26º Congresso do SINPEEM, realizado em outubro. Os associados aprovaram que o SINPEEM deve intensificar a pressão para que o governo retome imediatamente as negociações com o sindicato sobre a antecipação das incorporações, conforme previsto no Protocolo de Negociação assinado na data-base, além das reivindicações que comporão a pauta a ser entregue ao governo para a campanha de 2016. Também ficou definido que a primeira reunião de representantes será em 19 de fevereiro e que, no dia 26 de fevereiro, a categoria realizará manifestação, com paralisação, em frente ao gabinete do prefeito, inclusive com indicativo de greve, caso o governo não atenda às nossas reivindicações. **Página 7**



Fernando Caribozo



26º Congresso reuniu 3,5 mil no Anhembi

Intitulado "Temas e dilemas da educação: desafios e caminhos", a 26ª edição do Congresso do SINPEEM, realizada entre os dias 20 e 23 de outubro, no Palácio das Convenções do Anhembi, reuniu 3,5 mil profissionais de educação, entre docentes, gestores e Quadro de Apoio associados. Durante quatro dias, foram debatidos os mais variados temas em painel e 32 grupos de interesse, como neurociências, violência, inclusão, saúde dos trabalhadores da educação, avaliação, entre outros. Os delegados também participaram de atividades culturais, oficinas e contaram com a Mostra de Arte e Cultura (MAC). **Páginas 3 a 8**

SINPEEM: lutas, conquistas e desafios

A luta do SINPEEM em defesa dos direitos e reivindicações da categoria é permanente. Isto é fato. Educação pública, estatal, gratuita e de qualidade para todos, em todos os níveis; condições dignas de trabalho, valorização profissional e salarial, segurança dentro e no entorno das escolas, redução do número de alunos por sala/turma/agrupamento, fim das terceirizações, ampliação da rede física, investimento em saúde dos profissionais de educação e isonomia entre ativos e aposentados têm sido algumas das principais diretrizes e metas a serem alcançadas pelo sindicato ao longo dos anos.

Na data-base deste ano o SINPEEM conseguiu 10% a título de valorização dos pisos salariais para docentes, gestores e Quadro de Apoio. Este índice, aplicado em forma de abono complementar, será incorporado em duas parcelas: a primeira em maio de 2017 e a segunda em maio de 2018.

Lutamos pela incorporação já em 2015. No entanto, como Haddad não cedeu, pressionamos e conseguimos incluir no Protocolo que as negociações seriam retomadas no mês de novembro.

O SINPEEM reivindica a aplicação do total de 20,68% em maio de 2016, percentual equivalente aos índices de 3,74%, aprovado para maio de 2016;

5,39%, para novembro de 2016; 5%, para maio de 2017; e 4,76%, aprovado para maio de 2018.

Além disso, considerando que 2016 será ano eleitoral e que as negociações da data-base com o governo deverão ser encerradas no mês de abril, os 3,5 mil delegados que participaram do 26º Congresso e os associados presentes à assembleia geral ocorrida em 13 de novembro, no Centro de Formação do SINPEEM, aprovaram o Plano de Lutas para o próximo período, que estabelece as principais reivindicações e encaminhamentos para intensificar a nossa organização e luta (veja na página 7).

O SINPEEM também está pressionando o governo para que apresente os estudos elaborados pelos grupos de trabalho que foram criados para apresentar propostas para a educação, entre elas, a que dispõe sobre a questão de segurança, uma das principais demandas da categoria. Todos à luta!

Juntos somos fortes!

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA
Presidente

TABELAS DE VENCIMENTOS DE MAIO DE 2015 DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

*REF/GRAUS	A	B	C	D	E
Apoio à Educação – Jornada 40 horas semanais					
QPE-01	1.031,35	1.098,39	1.169,77	1.245,79	1.326,79
QPE-02	1.098,39	1.169,77	1.245,79	1.326,79	1.413,04
QPE-03	1.169,77	1.245,79	1.326,79	1.413,04	1.504,86
QPE-04	1.245,79	1.326,79	1.413,04	1.504,86	1.602,67
QPE-05	1.326,79	1.413,04	1.504,86	1.602,67	1.706,88
QPE-06	1.413,04	1.504,86	1.602,67	1.706,88	1.817,81
*QPE-07	1.504,86	1.602,67	1.706,88	1.817,81	1.935,99
*QPE-08	1.602,67	1.706,88	1.817,81	1.935,99	2.061,79
*QPE-09	1.706,88	1.817,81	1.935,99	2.061,79	2.195,83
*QPE-10	1.817,81	1.935,99	2.061,79	2.195,83	2.238,59
*QPE-11	1.935,99	2.061,79	2.195,83	2.238,59	2.490,58
*QPE-12	2.061,79	2.195,83	2.238,59	2.490,58	2.652,46
*QPE-13	2.195,83	2.238,59	2.490,58	2.652,46	2.824,87
*QPE-14	2.238,59	2.490,58	2.652,46	2.824,87	3.008,46
JB – 20 horas/aula					
QPE-11	1.147,57	1.222,16	1.301,60	1.386,31	1.476,39
QPE-12	1.222,16	1.301,60	1.386,31	1.476,39	1.572,31
QPE-13	1.301,60	1.386,31	1.476,39	1.572,31	1.674,42
QPE-14	1.386,31	1.476,39	1.572,31	1.674,42	1.783,32
QPE-15	1.476,39	1.572,31	1.674,42	1.783,32	1.899,26
QPE-16	1.572,31	1.674,42	1.783,32	1.899,26	2.022,82
QPE-17	1.674,42	1.783,32	1.899,26	2.022,82	2.154,15
QPE-18	1.783,32	1.899,26	2.022,82	2.154,15	2.294,28
QPE-19	1.899,26	2.022,82	2.154,15	2.294,28	2.443,47
QPE-20	2.022,82	2.154,15	2.294,28	2.443,47	2.602,30
QPE-21	2.154,15	2.294,28	2.443,47	2.602,30	2.771,31
QPE-22	2.294,28	2.443,47	2.602,30	2.771,31	2.951,44
QPE-23	2.443,47	2.602,30	2.771,31	2.951,44	3.143,29
JBD – 30 horas/aula – Jornada Especial Ampliada					
QPE-11	1.721,40	1.883,38	1.952,50	2.079,43	2.214,60
QPE-12	1.883,38	1.952,50	2.079,43	2.214,60	2.358,51
QPE-13	1.952,50	2.079,43	2.214,60	2.358,51	2.511,80
QPE-14	2.079,43	2.214,60	2.358,51	2.511,80	2.675,09
QPE-15	2.214,60	2.358,51	2.511,80	2.675,09	2.848,90
QPE-16	2.358,51	2.511,80	2.675,09	2.848,90	3.034,11
QPE-17	2.511,80	2.675,09	2.848,90	3.034,11	3.231,44
QPE-18	2.675,09	2.848,90	3.034,11	3.231,44	3.441,51
QPE-19	2.848,90	3.034,11	3.231,44	3.441,51	3.665,14
QPE-20	3.034,11	3.231,44	3.441,51	3.665,14	3.903,24
QPE-21	3.231,44	3.441,51	3.665,14	3.903,24	4.157,10
QPE-22	3.441,51	3.665,14	3.903,24	4.157,10	4.427,31
QPE-23	3.665,14	3.903,24	4.157,10	4.427,31	4.715,09
Jeif, Jornada Especial Integral e J-30 (CEI)					
**QPE-11	2.295,14	2.444,32	2.603,22	2.772,60	2.952,72
**QPE-12	2.444,32	2.603,22	2.772,60	2.952,72	3.144,56
**QPE-13	2.603,22	2.772,60	2.952,72	3.144,56	3.348,85
**QPE-14	2.772,60	2.952,72	3.144,56	3.348,85	3.566,63
**QPE-15	2.952,72	3.144,56	3.348,85	3.566,63	3.798,47
**QPE-16	3.144,56	3.348,85	3.566,63	3.798,47	4.045,64
**QPE-17	3.348,85	3.566,63	3.798,47	4.045,64	4.308,29
**QPE-18	3.566,63	3.798,47	4.045,64	4.308,29	4.588,53
**QPE-19	3.798,47	4.045,64	4.308,29	4.588,53	4.886,93
**QPE-20	4.045,64	4.308,29	4.588,53	4.886,93	5.204,65
**QPE-21	4.308,29	4.588,53	4.886,93	5.204,65	5.542,60
**QPE-22	4.588,53	4.886,93	5.204,65	5.542,60	5.902,87
**QPE-23	4.886,93	5.204,65	5.542,60	5.902,87	6.286,55
Jornada Básica e Especial de 40 horas					
QPE-11	3.060,30	3.259,27	3.471,21	3.696,72	3.937,10
QPE-12	3.259,27	3.471,21	3.696,72	3.937,10	4.192,87
QPE-13	3.471,21	3.696,72	3.937,10	4.192,87	4.465,43
QPE-14	3.696,72	3.937,10	4.192,87	4.465,43	4.755,61
QPE-15	3.937,10	4.192,87	4.465,43	4.755,61	5.064,83
QPE-16	4.192,87	4.465,43	4.755,61	5.064,83	5.394,12
QPE-17	4.465,43	4.755,61	5.064,83	5.394,12	5.744,70
QPE-18	4.755,61	5.064,83	5.394,12	5.744,70	6.118,08
QPE-19	5.064,83	5.394,12	5.744,70	6.118,08	6.515,73
QPE-20	5.394,12	5.744,70	6.118,08	6.515,73	6.939,33
QPE-21	5.744,70	6.118,08	6.515,73	6.939,33	7.390,29
QPE-22	6.118,08	6.515,73	6.939,33	7.390,29	7.870,76
QPE-23	6.515,73	6.939,33	7.390,29	7.870,76	8.382,37
QPE-24	6.939,33	7.390,29	7.870,76	8.382,37	8.927,22

Tabelas com o reajuste de 5,54%, a partir de 01 de maio de 2015. Decreto nº 56.204, publicado no DOC de 30/06/2015, páginas 01 e 03.

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs ** Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

Informações sobre atualização cadastral, filiação, desfiliação, cursos, certificados, declarações, convênios e outros.

3329-4516

informes@sinpeem.com.br

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Av. Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080 - Ponte Pequena - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br – e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br – imprensa@sinpeem.com.br
Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89



DIRETORIA

Presidente Claudio Fonseca
Vice-presidente José Donizete Fernandes
Secretário-geral Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral Laura de Carvalho Cymbalista
Secretária de Finanças Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças Cleide Filizola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio Josafá Araújo de Souza
Secretário de Imprensa e Comunicação Adelson Cavalcanti de Queiroz
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação Lourdes Quadros Alves
Secretária de Assuntos Jurídicos Nilda Santana de Souza
Vice-secretário de Assuntos Jurídicos Almir Bento de Freitas
Secretária de Formação Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Vice-secretário de Formação Edson Silvino Barbosa da Silva
Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais Patrícia Pimenta Furbino
Secretário de Política Sindical João Baptista Nazareth Jr.
Secretário de Assuntos do Quadro de Apoio José Corsino da Costa
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio Fábio Figueiredo Resende
Secretária de Seguridade Social/Aposentados Júlia Maia
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora Luzinete Josefa da Rocha
Secretária de Políticas Sociais Lílian Maria Pacheco
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização Regional Eliazar Alves Varela

DIRETORES REGIONAIS

Alexandre Pinheiro Costa
Ariana Matos Gonçalves
Célia Cordeiro da Costa
Cleusa Maria Marques
Eduardo Henriques de Macêdo
Gabriel Vicente França
Maria Aparecida Freitas Sales
Nelice Isabel Fonseca Pompeu
Priscila Pita de Almeida
Renato Rodrigues dos Santos
Ricardo Cardoso de Moraes
Romildo Rodrigues da Conceição
Rosemeire Rodrigues Bittencourt

Journalista responsável: Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves
57 mil exemplares - Distribuição gratuita

Os textos publicados no Jornal do SINPEEM são de exclusiva responsabilidade da Diretoria do sindicato

26º Congresso: formação, cultura, debates e deliberações

Entre os dias 20 e 23 de outubro, o SINPEEM realizou o 26º Congresso de Educação, no Palácio das Convenções do Anhembi, com a finalidade contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público, garantindo aos delegados a possibilidade de agregar conhecimento para o seu dia a dia na escola.

Intitulado "Temas e dilemas da educação: desafios e caminhos", o evento reuniu 3,5 mil delegados, que participaram de painel homônimo e 32 grupos de interesse, que abordaram os mais variados temas que permeiam o cotidiano dos profissionais de educação como o avanço e uso das tecnologias em sala de aula, avaliação, educação ética, história e cultura negra na escola, neurociências, educação integral, educação familiar, mediação de conflitos, inclusão, diversidade em sala de aula, doenças profissionais, sustentabilidade, potencialidade do Quadro de Apoio, literatura na educação básica, a crise e os direitos dos trabalhadores públicos, entre outros.

Após a apresentação do grupo África Viva, o presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, mais uma vez ressaltou a importância do congresso, que tem como proposta discutir os fatores políticos, sociais e culturais que envolvem a educa-



Fotos: Fernando Cardozo

Durante os quatro dias de congresso, no Anhembi, os 3,5 mil delegados participaram de palestras sobre os mais variados temas do cotidiano escolar, atividades culturais e debates políticos

ção na cidade de São Paulo, enfatizando a relevância do trabalho do sindicato na busca pela qualidade do ensino público, formando cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa, que caminha junto com a contemporaneidade.

Participaram da solenidade de abertura o presidente da Confederação Nacional dos Trabalha-

dores em Educação, Roberto Franklin de Leão; o presidente da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo (CUT-SP), Douglas Izzo; a diretora do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo (Apase), Carmem Silvia; o secretário-geral do Sindicato dos Funcionários e Servidores da

Educação do Estado de São Paulo (Afuse), João Marcos de Lima; o vereador Toninho Vespoli (Psol) e o secretário municipal de Educação, Gabriel Chalita.

Todos enaltecem a importância dos congressos promovidos anualmente pelo SINPEEM para formação continuada dos profissionais de educação.

Secretário comparece à abertura do congresso e ouve Claudio Fonseca sobre as reivindicações da categoria

Em seu pronunciamento, na abertura do 26º Congresso, o secretário municipal de educação, Gabriel Chalita, afirmou que nenhuma política pública educacional acontece de cima para baixo, sendo imposta, e que é preciso construir juntos, dialogar.

Também fez considerações sobre o momento de crise política e econômica, bem como sobre o relacionamento com os sindicatos e suas reivindicações.

Claudio Fonseca aproveitou a oportunidade para destacar que muitas vezes o discurso tem sido diferente da prática e apelou ao secretário para que o governo municipal não torne este momento, reconhecidamente de crise, ainda mais difícil para os profissionais de educação, que muitas vezes são surpreendidos por decisões que criam instabilidade na rede, desconforto e insegurança, como a Portaria nº 6.476/2015, que estabelece critérios para a escolha e atribuição



Presidente do SINPEEM fala sobre a importância da valorização dos profissionais de educação

de turnos e de classes, aulas e agrupamentos. Em seu artigo 24, que atribuía ao diretor regional de educação remanejar os professores ocupantes de vaga no módulo sem regência, lotados nas unidades e no âmbito da DRE de sua região.

Lembrou que o sindicato tem cumprido o seu papel na luta pela manutenção e ampliação dos direitos de todos os profissionais de educação e cobrou o cumprimento do Protocolo de Negociação, assinado na data-base deste ano, que

prevê a retomada da negociação com o sindicato sobre a antecipação da incorporação das gratificações, prevista para ocorrer em maio de 2017 e maio de 2018.

"As escolas só funcionam graças ao trabalho dos docentes, dos gestores e do Quadro de Apoio, que merecem e têm de ser valorizados", disse Claudio Fonseca, acrescentando a importância da educação infantil para a formação dos alunos: "Precisamos urgentemente retomar para protagonismo da rede pública direta a educação infantil, acabando com o processo de terceirização, acabando com o amesquinamento do processo educativo".

Após a solicitação do SINPEEM, o artigo 24 da Portaria nº 6.476/2015 foi alterado e o remanejamento de professor lotado na unidade só poderá ser efetuado mediante a sua anuência expressa. Uma importante vitória para a categoria.

A cada ano um congresso com melhor qualidade

Para garantir a qualidade do 26º Congresso, que atendeu a 3,5 mil profissionais de educação eleitos em suas unidades de lotação – docentes, gestores e quadro de apoio, SINPEEM contou com a participação de centenas de profissionais de empresas parceiras, além dos funcionários da entidade, que garantiram a organização e logística, desde a recepção dos delegados ao controle de presença, refeições, iluminação, som, informática e atendimento.

Para acompanhar os quatro dias do evento, os delegados receberam bolsa personalizada, squeeze, caneta, bloco de anotações, além, é claro, da dinâmica do Congresso e dos cadernos Texto Referência e Emendas e Sinopses, com os textos dos palestrantes participantes.



Fotos: Fernando Cardozo

No primeiro dia, ao fazer o credenciamento os delegados receberam bolsa personalizada com o material do evento

13ª Mostra de Arte e Cultura

Em 1935, o então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura, o escritor Mário de Andrade, criou os Parques Infantis nos bairros operários da cidade de São Paulo. Mesmo sob a responsabilidade da área social, nascia ali uma proposta educacional e cultural inovadora, com embriões dos atuais Centros de Educação Infantil (CEIs) e das Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis).

Em homenagem a estes 80 anos de implantação da educação infantil no município de São Paulo, a 13ª Mostra de Arte e Cultura do SINPEEM (MAC) trouxe a exposição de 24 ilustrações feitas para livros, do artista Maurício Negro. Movido pelo desejo de

compreensão, resgate, transformação e equilíbrio, ele circula entre mitos, amuletos, arcos e berimbbaus, balangandãs, zarabatanas, tradições e contradições.

Ainda na MAC, para destacar a necessidade da ludicidade e de outras atividades que desenvolvam a criatividade e o aspecto cognitivo das crianças nesta etapa tão importante da educação, também foram realizadas oficinas temáticas: de origami, com a designer gráfica Tereza Yamashita; de fantoches de dedo, com a editora de mangás e tradutora Elza Keiko; e a oficina de brincadeiras cantadas, tocadas e dançadas, com as musicistas Eugênia Nóbrega e Renata Bonfim.



Os profissionais de educação participaram de oficinas temáticas, destacando a importância da ludicidade no cotidiano escolar

Delegados aprovam atividades culturais



No intervalo do almoço, espetáculos de dança e música, como a Companhia Cia Mystérios e o cantor Alceu Valença

Além das palestras, os delegados contaram com apresentações culturais diversificadas de música e dança, desde o hall de entrada, sendo recepcionados com a música instrumental dos saxofonistas Rodrigo Procnov, Haroldo Oliveira e Zico de Oliveira; e clássicos da MPB, interpretados por Lorena e Karu.

No palco da MAC, durante o intervalo do almoço, se apresentaram o violeiro Márcio Freitas, banda Oncalo, Leandro Medina e Rodrigo Viana. Ainda no intervalo, no auditório Celso Fur-

tado, os delegados puderam assistir às apresentações de Fernando Ferrer, com música cubana; Cia Mystérios, com espetáculo de dança; e Beatles para crianças, com rock.

No dia 23 de outubro, para encerrar o Congresso com chave de ouro, o cantor pernambucano Alceu Valença "incendiou" o Anhembi, com as canções *La belle de jour*, *Tropicana*, *Morena tropicana*, *Como dois animais*, *Anunciação*, *Coração bobo*, *Cana caiana*, *Estação da luz*, entre outras.

Temas e dilemas da educação: desafios e caminhos

No painel de abertura do congresso, Max Haetinger, professor, doutorando em Ciências da Educação na Universidade do Porto (Portugal), mestre em Educação e psicopedagogo; Lisete Regina Gomes Arelaro, doutora em Educação, diretora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp) e presidente do Fórum Nacional de Faculdades e Centros de Educação Públicos (Forumdir); e Tania Zagury, mestre em Educação, professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, filósofa e escritora, discorreram sobre o tema central do congresso, traçando um panorama geral da educação no país em relação às dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar em todas as esferas governamentais – municipais, estaduais e federal –, e apresentaram o que acreditam ser o caminho para que tenhamos, de fato, educação de qualidade no Brasil.

Max Haetinger definiu quatro caminhos para que alcancemos educação de qualidade no Brasil. “Primeiro: é preciso aumentar a jornada das crianças nas escolas com currículo articulado, atividades

docentes recreativas e oficinas, definindo os objetivos com a separação de gestão do que é educação. Segundo: é necessário investir na formação continuada, que tem sido meta em todo o mundo para os próximos 10 anos. Terceiro: usar as tecnologias a favor da educação, oferecendo internet com qualidade e velocidade para atender a todos, porque o desafio não é a máquina, é se adequar à nova realidade. Não dá para pensar mais em educação sem tecnologia. A palavra de ordem é acesso. Quarto e talvez o mais importante: aproximar a família da escola, porque redescobrir esta relação é fundamental para preparar a escola para o próximo milênio”, disse.

Para Tania Zagury, se as avaliações indicam que o ensino fundamental está péssimo há décadas é óbvio que não se pode esperar nada de diferente em anos depois, no ensino médio, e mais tarde, no ensino superior. “É uma bola de neve sem remédio. Existem soluções para melhorar a educação, mas é preciso vontade política sem retórica.

Já Lisete Arelaro falou sobre a necessidade urgente de valorização



Tema mediado pelo presidente Claudio Fonseca foi debatido por Lisete Regina, Tania Zagury e Max Haetinger

profissional, de se oferecer melhores condições de trabalho, da busca pela qualidade do ensino garantindo autonomia pedagógica e suporte de recursos físicos, materiais e financeiros para sua execução, o restabelecimento da gestão democrática e dos conselhos escolares

reconhecendo e respeitando a escola como lugar coletivo e privilegiado de diferentes saberes e de disputas político-pedagógicas. Todas questões fundamentais para a organização da luta e conquista de uma escola pública estatal, gratuita, laica e de qualidade para todos.

Contribuições das histórias infantis: ressignificando as práticas



No auditório Elis Regina, a diretora Célia Cordeiro coordenou a palestra de Edi Fonseca (em pé) e Beatriz Gouveia

Para Edi Fonseca, pedagoga, narradora oral, pós-graduada em Arte de Contar Histórias, as histórias trazem ideias, culturas diferentes, distantes da nossa realidade. Provocam emoções, oferecem a oportunidade de buscarmos outros papéis, ajudam a diferenciar a realidade da ficção. Além disso, abordam questões do ser humano, como nascimento, amor, conquistas, desafios, sentimentos, derrotas, entre outras. Mantém o contato com as relações humanas, com os grupos sociais. “Os alunos aprendem com a leitura de histórias a linguagem oral a prestar

atenção no outro, a trabalhar com o corpo e a construir a sua identidade, trabalhando com a memória”, disse.

Na mesma linha de raciocínio, Beatriz Gouveia, mestre em Psicologia, coordenadora e professora da pós-graduação em alfabetização do Instituto Vera Cruz, afirmou que “ao ouvir uma boa leitura feita pelo professor, o aluno pode desenvolver comportamentos leitores como recomendar livros, comparar leituras, acompanhar autores preferidos e construir novos sentidos e significados para as situações que as histórias apresentam”.

Mediação de conflitos nas relações interpessoais no contexto escolar

Com o crescimento acelerado da violência, a mediação de conflitos nas escolas está na ordem do dia. Doutor em Educação e escritor sobre o tema, Álvaro Crispino lembrou que, para se chegar a um bom resultado, é necessário focar nas seguintes questões: reconhecer que o grupo de alunos é heterogêneo, definir rotinas que permitam identificar o que pensam e sentem esses alunos, oferecer espaços de diálogo em que essas diferenças e expectativas possam ser conhecidas e respeitadas, desenvolver a cultura da mediação de conflitos nos embates mediáveis que possam surgir, e identificar a cultura da mediação de conflitos como um aprendiza-



O diretor Eduardo Henrique coordenou a palestra de Felipe Mello e Álvaro Crispino

do social para todos os envolvidos. Felipe Mello, mestre em Comunicação na Contemporaneidade, completou falando sobre a importância da resiliência – capacidade de o indivíduo lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir à pressão de situações adversas – para que a dispersão de energia seja menor e a saúde valorizada física, emocional e socialmente.

Limitações do professor e da escola para lidar com a inclusão

“Temos como um dos principais desafios contemporâneos para a educação a inclusão, ou seja, criar e reinventar uma escola aberta às diferenças, posto que, no mundo todo, a educação vem excluindo cada vez mais os alunos, em vez de incluir”, enfatizou Jane Patrícia Haddad, psicopedagoga e mestre em Educação.

Ela explicou que, nesse sentido, a família e a escola têm papel fundamental para reverter este quadro, devendo atuar efetivamente para que tenhamos uma sociedade mais inclusiva.

Neurociências e a complexidade cerebral na sala de aula, despertando as potencialidades

Para Regina Migliori, pós-graduada em Neuropsicologia, doutoranda em Filosofia da Ciência, professora de Ética e Responsabilidade Corporativa na Fundação Getúlio Vargas e consultora em Cultura de Paz da Unesco; Adriana Foz, educadora, especialista em Orientação Educacional, psicóloga, psicopedagoga e especialista em Neuropsicologia; e Hamilton Haddad Jr., mestre e doutor em Fisiologia Humana e professor do Departamento de Fisiologia do Instituto de Biociências da USP, a escola tem hoje o desafio de ser a promotora da aprendizagem e do desenvolvimento cognitivo de seus alunos.

Segundo Regina, a interdependência entre cérebro-mente-comportamento e da neuroplasticidade, as modificações do cérebro decorrentes das atividades mentais e das



A mesa dos palestrantes Regina Migliori, Adriana Foz e Hamilton Haddad Jr. foi mediada pelo diretor Adelson Cavalcanti

experiências vivenciadas, resultam em um novo conjunto de responsabilidades do educador.

“O processo educativo interfere diretamente no desenvolvimento humano das pessoas que dele

participam, modelando mente, cérebro e ação, esferas humanas inseparáveis e interdependentes. Em função da neuroplasticidade, o processo educativo também modifica a estrutura e o funcionamento dos

cérebros das pessoas, fortalecendo ou não sua capacidade de perceber, sentir, pensar e agir sobre si mesmo e sobre o mundo”, disse, acrescentando que “essa aproximação entre a educação e os conhecimentos sobre cérebro, mente e comportamento viabiliza incluir na sala de aula atividades voltadas para o “treino da mente”, visando desenvolver a habilidade de foco, aprimoramento do equilíbrio subjetivo, relações e atitudes, melhoria nos níveis de atenção e aprendizagem, diminuição dos níveis de estresse, desatenção, hiperatividade e impulsividade, conscientização sobre qualidades pessoais, capacidade de refletir e influenciar nas experiências introspectivas cognitivas, fortalecimento das habilidades de ser feliz e produzir o bem comum, estímulo aos comportamentos com foco em valores humanos e cultura de paz”.

Doenças profissionais: síndrome de burnout e estresse

Dupla jornada de trabalho, superlotação das salas/turmas/agrupamentos, falta de infraestrutura, violência e condições precárias de trabalho são algumas das principais causas de doenças profissionais na rede, como síndrome de burnout e estresse.

Este foi o tema abordado por Cléo Fante, doutora em Ciências da Educação, pedagoga, historiadora, pesquisadora especialista em violência escolar. Escritora com publicações no Brasil e na Colômbia, conferencista e autora do programa “Educar para a paz”; e Marilda Emmanuel Novaes Lipp, PHD em Psicologia, diretora do Instituto de Psicologia e Controle do Stress e presidente da Federação Brasileira de Terapias Cognitivas.

As especialistas lembraram que a docência é uma das profissões mais desafiadoras, que exige muito esforço mental e físico, re-



A palestra de Marilda Emmanuel e Cléo Fante foi coordenada pelo diretor Floreal Jr.

sultando em grande desgaste emocional. Além disso, cada vez mais tem sido imposto à escola assumir, realizar tarefas educacionais que antes cabiam aos pais, provocando sobrecarga de funções e responsabilidades, levando os professores ao esgotamento físico e psicológico, que pode resultar na síndrome de burnout e estresse. “Manter uma postura saudável e enfrentar com equilíbrio os problemas cotidianos é fundamental para obter bom desempenho profissional e saúde equilibrada”, afirmaram.

Diversidade em sala de aula: o conflito de uma educação para poucos numa escola para todos



A diretora Lilian Pacheco mediu o tema dos palestrantes Antônio Carlos Egypto e Rodrigo Toledo

Segundo Rodrigo Toledo, psicólogo, licenciado em Filosofia, mestre em Educação e doutorando em Psicologia da Educação, as discussões sobre gênero, orientação sexual e identidade de gênero, vêm sendo marcadas por um processo de hierarquização das sexualidades nas atuais políticas educacionais.

“Um dos efeitos disso é o silenciamento de tais temas nos planos de metas para a educação e sua consequente invisibilidade nas escolas”, afirmou. Para ele, estes temas precisam estar explícitos nos projetos políticos-pedagógicos das escolas como forma de combater as desigualdades e violências que se fundamentam em discursos machistas, sexistas e homotransfóbicos.

“É preciso estabelecer novos modelos de conduta, respeitosos e inclusivos e fundamental deixar de excluir, como sempre aconteceu e ainda acontece, os que divergem da norma ou do esperado”, completou Antônio Carlos Egypto, psicólogo educacional e clínico, sociólogo e crítico de cinema.

Escola do futuro e avaliação medieval

Num momento em que refletimos sobre que educação queremos ter no futuro, “o trabalho do professor é fundamentalmente importante no desenvolvimento das potencialidades dos alunos”, disse Celso Vasconcelos, doutor em Educação, mestre em História e Filosofia da Educação, pedagogo e filósofo, responsável pelo Libertad - Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica.

Ele destacou que, no entanto, para que o professor possa desenvolver um bom trabalho existem exigências básicas: investimento em formação continuada, salário/plano de carreira/concursos, condições adequadas de trabalho com a redução do número de alunos por sala de aula, trabalho coletivo constante, gestão democrática e infraestrutura; valorização social da escola e dos seus profissionais, além de a família assumir suas responsabilidades.



Celso Vasconcelos destacou a importância da formação continuada para os professores

Política educacional tem destaque nas plenárias

O Texto Referência é baseado nas resoluções de todos os congressos já realizados pelo SINPEEM, com as posições do sindicato em relação às políticas internacional, nacional, municipal e educacional, questão funcional e políticas permanentes referentes às questões racial e de gênero

Para discussão, durante o congresso, são somadas ao Texto Referência as emendas apresentadas por profissionais de educação associados ao sindicato, que são debatidas e votadas durante as plenárias.

Neste ano, durante as plenárias, houve ênfase nos debates e votação dos itens relacionados à política educacional, além da aprovação do Plano de Lutas, que define as reivindicações e encaminhamentos do sindicato para este final de ano, bem como para 2016.



Claudio Fonseca fala sobre as conquistas da categoria e a importância da continuidade da luta

Assembleia geral ratifica o Plano de Lutas aprovado no Congresso

O Plano de Lutas é sempre um dos principais itens a serem aprovados nos congressos do SINPEEM e, posteriormente submetido à assembleia geral, posto que define as reivindicações e encaminhamentos da categoria para a campanha salarial do ano subsequente. Em 2015 não foi diferente. Colocado em discussão e votação na assembleia ocorrida em 13 de novembro, foi ratificado pelos presentes, destacando a importância de intensificação da organização e luta dos profissionais de educação para pressionar o governo.

Tendo em vista a avaliação da conjuntura política e econômica do país, com o crescimento acelerado da inflação e do desemprego; que em 2016 haverá eleição para prefeito e que, portanto, em 02 de abril terá início a vigência da lei eleitoral, data a partir da qual há restrições para a concessão de reajustes superiores à inflação acumulada nos meses do ano corrente, a correlação de forças existentes em cada momento e as dificuldades impostas pelo governo municipal em negociar e atender às reivindicações dos servidores públicos; os princípios e concepção da nossa organização sindical e o conjunto de reivindicações da categoria, o Plano de Lutas aprovado no Congresso e em assembleia é composto por questões relativas ao fim das terceirizações, valorização profissional, organização do ensino, organização das escolas, condições de trabalho, segurança e saúde dos profissionais dos Quadros do Magistério e de Apoio, conforme segue:

a) defesa da escola pública estatal, gratuita, laica e de qualidade social para todos, em todos os níveis;

b) valorização dos profissionais dos Quadros do Magistério e do Quadro Apoio à Educação, com a antecipação das incorporações, finalizando em maio de 2016 e totalizando 20,68%, dos seguintes índices:

- 3,74%, aprovado para maio de 2016;
- 5,39%, aprovado para novembro de 2016;
- 5%, aprovado para maio de 2017;
- 4,76%, aprovado para maio de 2018.

c) estabelecer novos valores de pisos para os Quadros do Magistério e de Apoio, em cumprimento ao artigo 100 da Lei nº 14.660/2007.

d) revisão e ampliação dos módulos dos Quadros do Magistério e de Apoio à Educação;

e) garantia de um terço de hora/atividade para a JB, JBD e J-30;

f) exigência de política contínua de formação para os profissionais dos Quadros do Magistério e de Apoio, garantindo a lotação nas unidades;

g) exigência de redução da quantidade de alunos por sala/turma/agrupamento;

h) contra a imposição das salas mistas e respeito ao projeto político-pedagógico da escola;

i) fim das terceirizações dos serviços e dos convênios para o atendimento à demanda da educação infantil;

j) exigência de verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas;

k) direitos iguais para os profissionais de educação dos CEIs, Emeis, Emefs, Emefms, Ciejas e Emebss, ativos e aposentados;

l) exigência de direito de integração na Jeif a todos que por ela optarem;

m) medidas de segurança no entorno das escolas;

n) democratização das relações internas nas escolas, com Conselho de caráter deliberativo, na elaboração, aprovação e execução do projeto político-pedagógico, organização e funcionamento das unidades educacionais;

o) mesmos critérios de evolução funcional para os profissionais do Quadro do Magistério e Quadro de Apoio da Educação;

p) enquadramento automático de todos os professores e gestores com 23 anos ou mais nas referências finais acrescidas às tabelas, inclusive para os aposentados;

q) redução dos interstícios de tempo para enquadramento por evolução funcional dos cargos de ATE e agente escolar;

r) transformação do cargo de agente escolar e inclusão do agente de apoio ao QPE e imediata realização de concurso público para agente escolar;

s) não à transformação da remuneração dos profissionais de educação em subsídios;

t) exigência do fim do Sistema de Gestão Pedagógica (SGP), nos termos que foi implantado pela SME;

u) redução da jornada para 30 horas semanais, sem redução de salários para o Quadro de Apoio e gestores;

v) apoiar a luta dos profissionais de educação do Estado de São Paulo, nos posicionando contra a reorganização da rede estadual de ensino. Não ao fechamento de salas e de escolas, contra a demissão de professores e contra o ataque aos direitos da população de estudar próximo à sua residência;

w) contra o Sampaprev;

x) cobrar do governo o estabelecimento de prazos máximos para o cadastramento de títulos e publicação de evolução funcional;

y) contra a necessidade de registro e pagamento de contribuição ao Cref.

1 - ENCAMINHAMENTOS:

- exigir a reabertura imediata das negociações com o sindicato e atendimento à antecipação do total de reajuste, de 20,68%, a que temos direito até maio de 2018;

- exigir resposta e aplicação de todos os direitos previstos para serem resolvidos e para os quais a SME formou grupos de trabalho para apresentar respostas em 120 dias;

- convocar e realizar a primeira reunião de representantes de 2016 em 19 de fevereiro;

- realizar a reunião do dia 19 de fevereiro com o objetivo de organizar a participação de toda a categoria na campanha salarial e por direitos;

- realizar paralisação, manifestação e assembleia geral, com indicativo de início de greve, no dia 26 de fevereiro, caso o governo não atenda às nossas reivindicações.

IMPORTANTE

Além destes itens considerados no Plano de Lutas, integram a nossa pauta todas as reivindicações já aprovadas em assembleias da categoria para todos os profissionais de educação – docentes, gestores e Quadro de Apoio.



“O congresso foi muito bem organizado, desde o credenciamento, almoço, infraestrutura e palestras. É um bom momento para melhorar a nossa formação.”

Telma Maria Ribeiro



“Particpei pela quarta vez do congresso. Gosto das palestras, porque são debatidos temas atuais. Gostaria que tivesse outros tipos de oficinas, mais lúdicas.”

Regina dos Santos Alves



“Gostei muito, principalmente das palestras sobre diversidade nas escolas e história e cultura negra. As plenárias também foram bem conduzidas.”

Oliomar Araújo de Pontes



“O congresso é um espaço privilegiado e necessário para a organização da categoria. Por isso, é preciso preparar melhor os representantes e conselheiros para o debate político.”

Aparecido Dias



“A estrutura montada para este evento é muito boa, porque comporta um número grande de pessoas. Adorei as atividades culturais, que ajudam a aliviar tensões.”

Lisette Rocha de Souza



“O evento é muito bom, mas as plenárias são desgastantes porque alguns grupos prejudicam o andamento do congresso.”

Renata Andrade



“O congresso do SINPEEM vem melhorando a cada ano, com muita qualidade, inclusive com mais atenção para a educação infantil. Comida, transporte e logística muito bons.”

Maria de Fátima da Silva



“Estou satisfeita, porque foi tudo muito bom: ótimas palestras, comida boa, atividades culturais legais. Não houve nada de negativo.”

Vilma Novais



“Sempre que participo do congresso procuro levar as decisões políticas e tudo que aprendo com as palestras e nas oficinas para a prática escolar cotidiana.”

Edna Alvina de Souza



“Estrutura e logística excelentes. Só achei curto o tempo dedicado à questão política, ou seja, às plenárias. As atividades culturais também foram muito boas mesmo.”

Kátia Rodrigues

“Quero agradecer e dizer que o Congresso deste ano foi 10. Vocês estão se superando a cada ano.”

Adriana Bezerra Dias, por e-mail

Gostaria de parabenizar e agradecer ao sindicato pelo magnífico congresso que tivemos. Esse ano participei pela primeira vez do evento e estou muito contente pela experiência. Foi uma das poucas vezes que realmente me senti valorizada profissionalmente. A organização foi ótima, desde a oportunidade de transporte, às palestras e discussões produtivas, à alimentação, cafezinho, material, shows, tudo!!! Parabéns e muito obrigada!

Audrey Matos, por e-mail

ASSOCIADO, FAÇA JÁ O SEU CADASTRO NA ÁREA RESTRITA DO SITE DO SINPEEM

A área restrita foi criada com a finalidade de oferecer aos associados ao SINPEEM acesso rápido e de qualidade às informações sobre as publicações no Diário Oficial da Cidade referentes à vida funcional; consulta e impressão de atestados e certificados de cursos, seminários e congressos; consulta e impressão de apostilas de concursos, entre outros itens que ainda serão disponibilizados neste serviço. Daí a importância de todos os associados se cadastrarem nesta área exclusiva.

Por isso, solicitamos aos associados que ainda não se cadastraram que acessem no site do SINPEEM o link de primeiro acesso e siga as orientações para efetuar o cadastro.

Para os profissionais de educação que ainda não são associados, basta imprimir a ficha de sindicalização, também disponível no site, preencher e enviar o documento para o e-mail: sindicalizacao@sinpeem.com.br, via Correios na sede do SINPEEM (avenida Santos Dumont, 596, Ponte Pequena, São Paulo, CEP 01101-080).

Filie-se ao SINPEEM e passe a contar com todos os serviços que o sindicato oferece aos seus associados como atendimento jurídico, informações sobre a vida funcional, colônias de férias, divulgação de permutas, entre outros.

Conselheiros eleitos tomarão posse em fevereiro

Organizar o trabalho sindical nas regiões, encaminhar as deliberações aprovadas nas instâncias do sindicato e debater e votar as indicações feitas nas reuniões de representantes sindicais são atribuições do Conselho Geral, importante instância de deliberação do SINPEEM.

Na eleição realizada eletronicamente, via Internet, nos dias 11 e 12 de novembro, foram eleitos os conselheiros para a gestão 2016 a 2018, que tomarão posse na primeira reunião do próximo ano, prevista para o dia 22 de fevereiro.

O Conselho Geral será composto por conselheiros eleitos nas 13 áreas de atuação sindical. Integrado por professores, gestores e Quadro de Apoio deve atuar com a finalidade de fortalecer o trabalho do SINPE-

EM, uma organização independente, democrática e participativa, que luta em defesa da manutenção e ampliação dos direitos de todos os profissionais de educação da rede municipal de ensino de São Paulo.

Teremos a participação de membros com a experiência de mandatos anteriores e muitos que chegam agora. Aliar experiência e combatividade com a força inovadora e participativa que chega, sem dúvida, ajudará a preparar a nossa organização a responder aos desafios e dificuldades que estão postos para os profissionais de educação, servidores públicos e trabalhadores em geral.

A relação dos conselheiros eleitos está disponível no site www.sinpeem.com.br

Organização das escolas 2016

Com a publicação da Portaria nº 6.898, no DOC de 27 de outubro de 2015, as unidades de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino fundamental e médio, das Emebss, dos Ciejas e dos CEUs devem considerar as metas e objetivos nela contidos, debater e aprovar seus projetos político-pedagógicos.

O Conselho de Escola é a instância que deve aprová-lo e, obviamente, não pode desconsiderar vários aspectos como jornada de trabalho, turno de funcionamento da unidade, direitos dos profissionais de educação e os objetivos gerais do sistema educacional.

O SINPEEM, como sempre, tem debatido e negociado com a SME as portarias que dispõem sobre calendário escolar, pontuação, escolha/atribuição, recesso, férias e organização escolar.

Os itens seguintes foram objetos de discussão, nos quais alcançamos algumas alterações importantes para a preservação dos direitos da categoria. Conhecê-los é extramamente importante para que o projeto político-pedagógico da escola seja definido de forma democrática, sem ferir ou retirar direitos.

JORNADAS DE TRABALHO: SINPEEM REIVINDICA UM TERÇO DO TOTAL DE TODAS AS JORNADAS PARA HORA/ATIVIDADE

As jornadas de trabalho/opção dos profissionais de educação serão cumpridas no âmbito das unidades educacionais, de acordo com a legislação em vigor.

Durante as negociações com a SME reivindicamos e conseguimos que sempre fosse tratada a composição das jornadas em hora/aula. Portanto, sempre constar hora/aula, hora/aula/atividade, hora/aula adicional, para que todas tenham a mesma e atual duração de 45 minutos.

Também reivindicamos que seja cumprida a lei federal que determina que um terço do total de todas as jornadas seja destinado à hora/atividade, além de tratamento igual para os professores de CEIs, que deveriam ter a sua jornada (J-30) com a mesma composição da Jeif.

Continuamos pressionando, afinal todos os professores integram a mesma carreira. Devem ter a mesma composição de jornada, direito de opção e mesmos direitos de carreira e remuneração.

Nos CEIs, Cemeis, Emeis, Emefs, Emefms, Emebss e Ciejas os servidores cumprirão suas jornadas de trabalho na seguinte conformidade:

JORNADA	COMPOSIÇÃO	OBSERVAÇÕES
JORNADA BÁSICA (JB)	20 horas/aula: 18 horas/aula + 2 horas/atividade	quando se referir ao quando se referir ao professor de educação infantil e ensino fundamental I, as 18 horas/aulas deverão ser distribuídas por todos os dias da semana.
JORNADA ESPECIAL INTEGRAL DE FORMAÇÃO (JEIF)	40 horas/aula: 25 horas/aula + 15 horas adicionais	das 15 horas adicionais: - 8 horas/aula em horário coletivo; - 3 horas/aula (HI) realizadas na unidade educacional; - 4 horas/aula em local de livre escolha.
JORNADA BÁSICA DO DOCENTE (JBD)	30 horas/aula: 25 horas/aula + 5 horas/atividade	Das 5 horas atividade: - 3 horas/aula (HA) realizadas na unidade educacional; - 2 horas/aula em local de livre escolha.
JORNADA BÁSICA DE 30 HORAS (J-30)	30 horas: 25 horas em regência + 5 horas/atividade	cumprimento das 5 horas/atividade, nos termos da legislação em vigor.
JORNADA DE 40 HORAS (J-40)	40 horas relógio	as 40 horas são distribuídas em 8 horas relógio ao dia na unidade educacional.

ATIVIDADE FORA DO HORÁRIO SÓ COM A ANUÊNCIA DO PROFESSOR

As atividades relativas à organização das escolas deverão ser realizadas dentro do horário regular de trabalho do professor, podendo ser programadas em horário diverso, mediante sua anuência expressa. Portanto, nenhum profissional de educação pode ser convocado para comparecer fora do seu horário de trabalho.

As unidades educacionais poderão organizar momentos de formação da equipe de apoio à educação dentro do horário de trabalho dos envolvidos.

HORAS ADICIONAIS E HORAS/ATIVIDADE DESTINADAS AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

As horas adicionais da Jornada Especial Integral de Formação (Jeif) e as horas/atividade da Jornada Básica do Docente (JBD) deverão ser destinadas às ações que favoreçam o processo de construção e implementação do projeto político-pedagógico e ao alcance do desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, com registro em livro próprio.

AGRUPAMENTOS DE JEIF VINCULADOS À QUANTIDADE DE TURNOS

Segundo a Portaria da SME, deverão ser constituídos, para cumprimento do horário coletivo da Jornada Especial Integral de Formação (Jeif), um agrupamento por turno de funcionamento da unidade educacional.

O número de grupos estabelecido poderá ser flexibilizado, a fim de viabilizar a participação dos docentes nas atividades que compõem os programas "Mais Educação", de âmbito federal, e "Mais Educação São Paulo", desenvolvidas fora do horário regular de atendimento dos educandos, conforme a Portaria SME nº 5.930/2013.

Esta flexibilização dependerá de anuência expressa do supervisor escolar e homologação do diretor regional de educação.

O SINPEEM reivindica que a unidade escolar tenha autonomia – considerando o seu projeto político-pedagógico, aprovado pelo Conselho de Escola – e organize os agrupamentos para o cumprimento das horas adicionais da Jeif.

DIREITO DE INTERVALO NOS CEIS

Conquista obtida durante a greve realizada em 2014, este direito consta no calendário escolar. Trata-se de mais um avanço e ninguém deve se submeter a qualquer imposição para não exercê-lo.

A organização dos horários de intervalo dos CEIs deverá assegurar o atendimento ininterrupto às crianças e o intervalo de 15 minutos para os professores de educação infantil em regência de classe/agrupamento, observadas as seguintes regras:

- cada unidade educacional deverá elaborar plano específico integrado ao projeto político-pedagógico para assegurar o direito ao intervalo;

- durante o intervalo as crianças deverão estar sob os cuidados de outro profissional de educação;

- nas unidades cuja estrutura organizacional comporte dois ou mais agrupamentos no mesmo espaço, o intervalo poderá ocorrer em sistema de alternância entre os profissionais envolvidos, desde que assegurado o atendimento pedagógico ininterrupto às crianças.

ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR EM CJ E CCH

Os professores em cumprimento de atividades de CJ, CCH ou em vaga no módulo sem regência, de acordo com as necessidades da unidade escolar e respeitada a prioridade, se incumbirão de:

I - ministrar aulas na ausência dos regentes de agrupamentos, classes, aulas, tempos destinados à orientação de projetos/docência compartilhada e no enriquecimento curricular;

II - atuar pedagogicamente junto aos professores em regência de classes/aulas, especialmente nas atividades de recuperação contínua;

III - participar de todas as atividades pedagógico-educacionais que envolvam os regentes de agrupamento/classes/aulas e/ou educandos, dentro do seu turno/horário de trabalho.

QUANTIDADE DE CRIANÇA/PROFESSOR NÃO DIMINUI: SME MANTÉM AS SALAS MISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Plano Municipal de Educação aprovado não alterou em quase nada a redução da quantidade de criança/aluno por professor. A redução prevista como meta para os próximos 10 anos é ínfima, sendo alcançada, na verdade, pela queda do índice de natalidade e taxa migratória. Ou seja, os professores continuarão com salas superlotadas, agravante para as condições de trabalho e adoecimento profissional.

A formação de turmas/agrupamentos na educação infantil observará a proporção adulto/criança estabelecida na portaria que dispõe sobre matrículas, questionada pelo SINPEEM e que contraria o compromisso assumido na data-base deste ano.

Calendário escolar de 2016

Publicada em 27 de outubro, a Portaria nº 6.897, fixa as diretrizes para a elaboração do calendário escolar de 2016, que deve atender à exigência mínima de 200 dias e 800 horas de efetivo trabalho escolar.

As unidades devem aprovar seus calendários, posto que possuem relativa autonomia.

Abaixo, alguns princípios e diretrizes que devem ser considerados na elaboração e aprovação do calendário escolar de 2016.

EFETIVO TRABALHO ESCOLAR: DEFINIÇÃO LEGAL

Será considerado dia de efetivo trabalho educacional aquele cujas atividades estão previstas no projeto político-pedagógico da unidade educacional envolvendo obrigatoriamente a participação dos educandos.

DIA DA FAMÍLIA DEFINIDO PELA ESCOLA

Destina-se à programação de atividades de estreitamento das relações família/escola, dentre elas, exposições de trabalhos, apresentação de peças teatrais, palestras e eventos esportivos.

As unidades educacionais deverão programar dois dias destinados às atividades do "Dia da Família na Escola", em datas a serem definidas no calendário de atividades de cada unidade, em consonância com o seu projeto político-pedagógico.

FÉRIAS E RECESSOS

O SINPEEM reivindicou e conseguiu que o período de férias e recesso escolar fosse maior e comum para todas as unidades que compõem a rede municipal de ensino.

Nos Centros de Educação Infantil (CEIs), durante os períodos de férias e recesso de julho, funcionarão polos para o atendimento às famílias que fizerem inscrição prévia. O SINPEEM reivindicou a redução da quantidade de polos e que estas unidades sejam definidas antes das inscrições das famílias que necessitam do atendimento às crianças nestes períodos. Defende, também, que não haja convocações de professores para trabalhar nestes períodos. A SME diz que manterá as unidades polo.

O SINPEEM reivindica, ainda, o planejamento do funcionamento das unidades polos para que não sejam sempre as mesmas e para que funcionem com equipes próprias de outras secretarias, como Assistência e Desenvolvimento Social, Esportes e Cultura.

CALENDÁRIO DEVE SER APROVADO PELO CONSELHO

O calendário de atividades das unidades educacionais deverá ser aprovado pelo Conselho de CEI / Conselho de Escola / Cieja e encaminhado à Diretoria Regional de Educação, até 18 de março de 2016, para análise e autorização do supervisor escolar e homologação do diretor regional de educação.

Idêntico procedimento deverá ser adotado no decorrer do ano letivo, quando houver necessidade de alteração e/ou adequação do calendário de atividades, decorrente de suspensão de aulas e outras formas de descaracterização de dia/hora de efetivo trabalho educacional, inclusive decorrente de pontos facultativos.

O SINPEEM defende o caráter deliberativo do Conselho. Havendo o atendimento às diretrizes gerais fixadas na portaria, entendemos que deve ser homologado o calendário aprovado pelo Conselho.

ATIVIDADES	DATAS/PERÍODOS	UNIDADES ENVOLVIDAS
férias escolares	- de 04/01 a 02/02/2016	todas as unidades educacionais
reuniões entre órgãos centrais e DREs	- dias 26 e 27/01/2016	DOT/SME/DREs
reuniões das DREs e equipes das unidades escolares	- dias 28 e 29/01/2016	DREs/ unidades educacionais
reuniões das equipes gestoras das unidades escolares	- dias 01 e 02/02/2016	todas as unidades educacionais
organização escolar/ planejamento de 2016	- de 03 a 05/02/2016	todas as unidades educacionais
Formação Cidadã (organizada pelos sindicatos e/ou unidades escolares)	- dia 10/02/2016, a partir das 12h	todas as unidades educacionais
Início do atendimento/aulas	dia 11/02/202016	todas as unidades educacionais
reuniões da APM	-	todas as unidades educacionais
reuniões do Conselho de Escola	- mensais, de fevereiro a dezembro, sem suspensão de atividades	todas as unidades educacionais
serão considerados bimestres para fins de registro no SGP	1º bimestre: de 11/02 a 29/04/2016; 2º bimestre: de 02/05 a 08/07/2016; 3º bimestre: de 25/07 a 30/09/2016; 4º bimestre: de 03/10 a 22/12/2016.	Emefs, Emebss e Emefms
"Prova Mais Educação"	- maio: período de 09 a 20/05/2016 - outubro: período de 17 a 28/10/2016	Emefs, Emefms e Emebss
Recreio nas Férias:	- janeiro : de 11 a 22/01/2016 - julho: de 11 a 15/07/2016	CEUs, Emefs, Emefms e Emebss envolvidas
autoavaliação institucional participativa, com utilização dos "Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana"	- 1 dia no período compreendido entre 19 e 30/04/2016 – com suspensão de atividades e participação das famílias	Emeis e CEIs
discussão e elaboração do Plano de Ação decorrente da aplicação dos "Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana"	- 1 dia no período compreendido entre 17 e 29/05/2016 – com suspensão de atividades e participação das famílias	Emeis e CEIs
análise coletiva dos registros que compõem a documentação pedagógica, elaborados pelos docentes no decorrer do semestre, sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças	- 02 reuniões sendo uma ao final de cada semestre – com suspensão de atividades	Emeis e CEIs
recesso escolar - julho	- de 09 a 24/07/2016	todas as unidades educacionais
Parada Pedagógica no CEU	- dia 25/07/2016 – com reposição do dia de efetivo trabalho educacional aos sábados	unidades educacionais dos CEUs
suspensão de atividades	- dias 13 e 14/10/2016 – a critério da unidade educacional, assegurado o cumprimento dos dias de efetivo trabalho educacional com o planejamento das reuniões pedagógicas aos sábados	todas as unidades educacionais
Congresso Municipal	- de 01 a 03/08/2016 – sem suspensão de atividades	todas as unidades educacionais
Jornada Pedagógica	- dia 30/09/2016 – com suspensão de atividades	todas as unidades educacionais
reuniões pedagógicas	três – com suspensão de atividades	todas as unidades educacionais
Conselhos de Classe	quatro – com suspensão de atividades	Emefs, Emefms, Emebss e Ciejas
avaliação final da unidade e indicação de adequações para 2017	- de 12 a 22/12/2016 – sem suspensão de atividades	todas as unidades educacionais
análise das informações do SGP	- de 12 a 22/12/2016 – sem suspensão de atividades	Emefs, Emefms e Emebss
recesso escolar - dezembro	- de 23 a 31/12/2016	todas as unidades educacionais

MANDE E-MAIL E TIRE SUAS DÚVIDAS

legislacao@sinpeem.com.br

Legislação, informações sobre a vida funcional dos profissionais de educação e aposentadoria.

Haddad quer implantar Regime de Previdência Complementar para o servidor municipal

Tramita na Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 558/2015, de autoria do Executivo, que prevê a instituição do Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos do município de São Paulo, titulares de cargos de provimento efetivo da administração direta, suas autarquias e fundações, da Câmara Municipal, do Tribunal de Contas e seus conselheiros. Também fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município – RPPS/Ipem.

Se a lei for aprovada, o Regime Complementar terá caráter facultativo e se aplicará aos servidores que ingressarem no serviço público a partir de sua implementação. Desta forma, os futuros servidores terão como teto de aposentadoria o mesmo valor fixado para o INSS, atualmente R\$ 4.663,75.

Para o servidor que, na ativa, receber valor superior ao teto, para a aposentadoria terá contribuição complementar. Portanto, além dos 11% descontados atualmente.

Mesmo a medida sendo válida somente para os futuros servidores, o SINPEEM tem posicionamento contrário. O sindicato defende a previdência pública, de caráter contributivo e a devida retribuição pelo sistema próprio com proventos integrais e paridade.

Licenças à gestante, paternidade, adoção ou guarda não implicam em acréscimo de tempo no estágio probatório

Conforme sempre reivindicado pelo SINPEEM, o Projeto de Lei nº 541/2015, do Executivo, restabelece tratamento justo, considerando os períodos de afastamento do servidor municipal em virtude de concessão de licença à gestante, licença-paternidade, licença-adoção ou guarda como efetivo exercício para fins de contagem do prazo de estágio probatório, sem prejuízo das demais exigências previstas em normas específicas.

Estabelece também que, havendo avaliações para fins de estágio probatório durante os períodos de afastamento, essas serão realizadas por ocasião do retorno do servidor ao trabalho.

Na hipótese de o período de afastamento terminar após o final do prazo exigido para o estágio probatório, a avaliação especial de desempenho será retomada e concluída por ocasião do retorno do servidor ao trabalho.

A homologação do estágio probatório e a aquisição da estabilidade ficam condicionadas à aprovação do servidor na avaliação especial de desempenho, prevista em legislação municipal.

Esperamos que o processo de votação, aprovação e sanção pelo prefeito ocorra em caráter de urgência. Afinal, trata-se de medida reparadora de injusto acréscimo de tempo ao estágio probatório.

Mediação de conflitos como política educativa

Publicado no DOC de 29 de outubro, o Decreto nº 56.560 regulamenta a lei que dispõe sobre a criação da Comissão de Mediação de Conflitos (CMC) nas escolas da rede municipal de ensino, cujo objetivo é atuar na prevenção e na resolução dos conflitos escolares que prejudiquem o processo educativo e envolvam educandos, professores e servidores.

O decreto dispõe que são considerados conflitos escolares as divergências entre educandos, professores e servidores da unidade educacional, agravadas pela dificuldade em estabelecer diálogo e que possam desencadear, entre eles, diferentes tipos de violência.

Não são considerados conflitos ou divergências escolares, passíveis de mediação pela Comissão, aqueles que envolvam exclusivamente profissionais de educação, aos quais

deverá ser aplicada a legislação pertinente à matéria. Os atos infracionais que violem direitos indisponíveis – que exijam a adoção das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente –, também não serão submetidos à mediação de conflitos.

Para o SINPEEM, a existência do conceito de Comissão de Mediação de Conflitos integra a prática educativa dos profissionais de educação. No entanto, para obter êxito, deve dar à equipe gestora, aos docentes e ao Quadro de Apoio suporte institucional para os encaminhamentos e soluções que se revelarem pertinentes e necessários. Do contrário, sem apoio, as Comissões de Mediação de Conflitos, além de não resolverem, poderão potencializá-los ainda mais no interior das escolas.

■ ESPAÇO DOS APOSENTADOS

Núcleo reúne mensalmente os associados aposentados

O Núcleo dos Aposentados do SINPEEM se reúne sempre na primeira terça-feira de cada mês, com a participação de centenas de profissionais aposentados. Nestas reuniões são debatidos os mais variados temas referentes à importante atuação dos aposentados na luta do SINPEEM em defesa dos direitos e reivindicações da categoria.

Além das reuniões mensais, o Núcleo dos Aposentados promove diversas atividades, sob a

orientação de especialistas, atividades lúdicas e palestras que abordam qualidade de vida, com psicólogos, nutricionistas, terapeutas, entre outros especialistas.

Também são realizadas excursões periódicas, o encontro anual no SINPEEM Park Hotel, em Ibiúna (SP), no mês de junho; um almoço especial em julho e a confraternização anual, em dezembro, em Ibiúna.

EXCURSÕES

JANEIRO DE 2016

NACIONAIS

JOÃO PESSOA (PA) - DE 03 A 10

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x R\$ 396,00.

MACEIÓ (AL) - DE 03 A 10

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 396,00.

RECIFE E PORTO DE GALINHAS (PE) - DE 12 A 19

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 396,00.

SALVADOR COM MORRO DE SÃO PAULO (BA) - DE 12 A 19

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 366,00

BONITO (GO) - DE 17 A 24

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 310,00.

FOZ DO IGUAÇU (PR) - DE 18 A 22

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 226,00.

SÃO LUÍS E LENÇÓIS MARANHENSES (MA) - DE 23 A 30

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 396,00.

FORTALEZA (CE) - DE 23 A 30

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 396,00.

RODOVIÁRIAS

VALE DO CONTESTADO E ROTA DA AMIZADE (SC) - 04 A 10

Inclusos: PC, hospedagem, transporte rodoviário, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 236,00.

CALDAS NOVAS (GO) - DE 07 A 13

Inclusos: PC, hospedagem, transporte rodoviário, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 232,00.

FLORIANÓPOLIS COM BETO CARRERO (SC) - DE 11 A 18

Inclusos: PC, hospedagem, transporte rodoviário, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 236,00

CIDADES HISTÓRICAS MINEIRAS (MG) - DE 17 A 22

Inclusos: PC, hospedagem, transporte rodoviário, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 185,00

INTERNACIONAL

CHILE E ARGENTINA (SANTIAGO/MENDONÇA/BUENOS AIRES) - DE 24/01 A 01/02

Inclusos: MP, hospedagem, transporte aéreo, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de US\$ 266,00.

FEVEREIRO DE 2016

MINAS DO NORTE (MG) - DE 03 A 08

Inclusos: PC, hospedagem, transporte rodoviário, passeios, seguro, taxas e ingressos dos passeios. Valor: a partir de 10 x de R\$ 298,00.

As inscrições são feitas por ordem de chegada, pessoalmente, na rua Marquês de Itu, 88 - sala 03 Metrô República - saída Caetano de Campos FONE/FAX: 3221-3346

Consulte as opções completas e passeios inclusos: www.viagenshorizontes.com.br



Hotéis do SINPEEM são boas opções de lazer

Localizado em Ibiúna, a 90 quilômetros da capital paulista, o SINPEEM Park Hotel oferece aos associados ao sindicato e seus dependentes uma infraestrutura completa para quem gosta do campo. Piscinas, quadras poliesportiva, campo de futebol, passeios de barco, a cavalo e caminhadas.

Durante o ano, além dos períodos de feriados prolongados, o hotel também promove festas temáticas, sempre com muita diversão: festa mineira, da Primavera, Dia das Mães, Dia das Crianças, Dia dos Pais, entre outras.



Peruíbe Hotel

Próximo ao Centro da cidade, o SINPEEM Perúibe Hotel está localizado estrategicamente de frente para o mar, sendo uma ótima opção para os associados que preferem descansar aproveitando o sol e calor do litoral Sul de São Paulo.

Em breve o SINPEEM divulgará a programação de 2016 para que os interessados possam se inscrever. Acompanhe o site, o jornal e os informativos do SINPEEM e aproveite!

SINPEEM PERUÍBE HOTEL



Mais informações 3329-4521 ou colonia.lazer@sinpeem.com.br

CONVÊNIOS GARANTEM DESCONTOS AOS ASSOCIADOS

Além de hotéis próprios, o SINPEEM possui convênios com hotéis, pousadas e agência de viagens, que oferecem descontos para os associados ao sindicato e seus dependentes.

A relação pode ser consultada no site www.sinpeem.com.br